



MULHERES CONTRA O CAPITAL

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA SOBERANIA NACIONAL

O Dia 8 de março é dia de luta! Estamos na rua pra lutar por um projeto feminista e popular! É uma data marcada por mobilizações das organizações do campo e da cidade como forma de mostrar as vozes de tantas mulheres lutadoras, nas praças, ruas e avenidas. Para nós, todo mês de março é tempo de intensificar a luta das mulheres e reafirmar sua história, suas denúncias e reivindicações por um mundo sem violência e desigualdade, com autonomia e liberdade.

VIOLÊNCIA CONTRA

AS MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE

De acordo com o Censo 2010, o Estado de Goiás possui uma população de 6.003.788. Desse total, 3.222.161 são do sexo feminino. Desse universo, 1 milhão, 604 mil e 623 já tiveram filhos. Dois **milhões 756 mil e 528 mulheres** residem na zona urbana e **265 mil 633 na zona rural**.

No campo e na cidade, temos uma realidade alarmante que precisa ser combatida: a violência contra as mulheres. No campo, as mulheres sofrem ainda mais com a violência pela falta de acesso às informações e por não terem seus direitos respeitados. São poucos os dados registrados da violência sofrida pelas camponesas, porém mais de 60% das mulheres que sofrem algum tipo de violência são vitimadas pelos próprios maridos ou companheiros.

Goiás é apontado pelo Atlas da Violência de 2017 (IPEA/FBSP) como o segundo estado do país com maior nível de letalidade violenta de mulheres. De acordo com a pesquisa, Goiás registrou taxa de 8,4 homicídios por 100 mil mulheres, o número é superior à média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres.

Goiás fica atrás apenas de Roraima, que teve taxa de 9,5 para cada 100 mil mulheres.

O levantamento aponta ainda que a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres pretas e pardas, uma vez que a taxa de homicídios relativa a essas mulheres se mostrou quase duas vezes superior àquela relativa a homicídios de mulheres brancas.

Os números mostram também que, entre 2006 e 2014, o registro deste tipo de violência tem aumentado. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas residentes no Estado aumentou em 53%, passando de 3,6 a 5,5, a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas aumentou em 96%, passando de 5,3 a 10,4 homicídios por 100 mil mulheres.

Em relação aos registros de estupro, Goiás apresentou um número de ocorrências para cada grupo de 100 mil mulheres mais de duas vezes inferior à taxa de estupros registrada no País. Este dado foi citado na pesquisa do Observatório, publicados inicialmente no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para a professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Bartira Macedo de Miranda, os dados mostram que Goiás é um Estado de população machista e com cultura autoritária que perdura mesmo em meio ao aumento do debate em relação à violência contra a mulher. “Faltam políticas públicas direcionadas principalmente às mulheres mais pobres. No caso dos estupros, sabemos que os dados ainda estão longe da realidade porque a maior parte das vítimas não fazem denúncia”, lamenta a especialista.

Bartira afirma ainda que o problema de todos os tipos de violência contra a mulher está no fato do Estado tratar a segurança pública a partir de uma ideia de combate e guerra e não como um paradigma de proteção dos direitos.

A falta de divulgação periódica dos dados, afirma a professora, também é um empecilho, pois impede o conhecimento da população sobre o assunto e impede a pesquisa de especialistas em segurança. A pesquisa aponta esta falta de informação por parte da Polícia Civil de Goiás.

Já a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a pedido do Observatório, informou que, no ano de 2014, foram registradas 20.092 ocorrências relacionadas à violência contra mulheres, o que significa uma taxa de 605,3 ocorrências para cada 100 mil mulheres residentes no estado.

No ano de 2017, a Secretaria da Segurança Pública de Goiás (SSP) informou que registrou queda em oito crimes analisados, no período de 2016 e 2017, no entanto, o número de **feminicídios** no estado quase dobrou. Segundo dados da plataforma de estatísticas do órgão, as mortes de **mulheres passaram de 17 para 30 no mesmo período.**

A Lei Maria da Penha (11.340) representa verdadeiramente um divisor de águas quando o assunto é a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, mas até hoje, após 11 anos de sua promulgação ainda não foi efetivada em sua integralidade.

Faltam delegacias especializadas, centros de referência com equipes multiprofissionais das áreas da Psicologia, assistência social e jurídica às vítimas, seus agressores e familiares; falta capacitação profissional aos profissionais da saúde; da segurança pública e áreas afins para lidar com as situações de violência doméstica sem preconceitos, de forma a não negligenciar a gravidade desta violência e contribuir para a revitimização e a violência cíclica, muito comum e frequente ainda nos dias de hoje. Faltam casas-abrigos que garantam que a vítima tenha o mínimo de dignidade, enquanto, não consegue voltar para a sua rotina em segurança; faltam cursos de formação para o trabalho, que possibilitariam uma saída para as vítimas da situação de violência e a possibilidade de cuidar de seus filhos com dignidade, sem violência.

As políticas públicas para a efetivação da Lei Maria da Penha previstas e acordadas por todas as unidades federativas em um documento comum, “A Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres”, que, em sua amplitude contempla as mulheres do campo e da cidade, não vingaram! Paralisaram! Retrocederam! Órgãos como as secretarias de mulheres foram extintas e com elas todas as ações destinadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

O Dia 8 de março é dia de luta! Estamos na rua pra lutar por um projeto feminista e popular! É uma data marcada por mobilizações das organizações do campo e da cidade como forma de mostrar as vozes de tantas mulheres lutadoras, nas praças, ruas e avenidas. Para nós, todo mês de março é tempo de intensificar a luta das mulheres e reafirmar sua história, suas denúncias e reivindicações por um mundo sem violência e desigualdade, com autonomia e liberdade.

Mais uma vez vamos às ruas para dizer que não aceitamos perder o que conquistamos e que queremos ainda mais. Nossa luta é, sobretudo nestes dias 07 e 08 de março, contra a violência cometida contra as mulheres!

Por meio deste documento, apresentamos aos Ilustríssimos Secretários/as das áreas afins, as reivindicações das Mulheres do Campo e da Cidade e esperamos contar com sua sensibilidade, conhecimento e compromisso para encaminhar todas elas!

Eis o que Nós,
Mulheres da Cidade e Mulheres do Campo,

Exigimos:

- Combate à violência contra a mulher e promoção à saúde. No campo e na cidade, temos uma realidade alarmante, que precisa ser combatida, que é a violência contra as mulheres.
- Incorporação das Diretrizes Nacionais à normativa do Estado de Goiás, para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres.
- Contratação, mediante concurso de psicólogos e assistentes sociais para compor o quadro de funcionários das delegacias, de modo a oferecer atendimento multidisciplinar às mulheres vítimas de violência.
- Instalação de delegacias especializadas nos municípios do interior, com atenção para o contexto de violências contra mulheres nas comunidades quilombolas.
- Verificação da subnotificação do Femicídio e identificação estatística do seu contexto para evidenciar os marcadores sociais das vítimas, como cor, classe social, faixa etária.
- Capacitação dos agentes de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais) para o primeiro atendimento nos casos de vitimização de gênero.
- Fiscalização das notícias de precarização do Centro de Referência da Mulher Cora Coralina e implementação da política legal de Casas-Abrigos no município de Goiânia. (Relata-se que a única em funcionamento efetivo é administrada por uma organização não governamental, o CEVAM – Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser).
- Articulação em rede das instituições de atendimento às mulheres vítimas de violência e divulgação da sua atuação junto ao público.
- Criação de grupos reflexivos destinados às mulheres vítimas de violência de gênero (em paralelo àqueles já existentes destinados a agressores).
- Educação de gênero em escolas e universidades mediante campanhas de caráter permanente.

Contra a Criminalização do Aborto

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), uma brasileira morre a cada dois dias por conta de procedimentos mal feitos e um milhão de abortos clandestinos seriam feitos no país todos os anos. O aborto é uma questão de saúde pública e sua criminalização condena centenas de milhares de mulheres à morte. O aborto é uma questão de saúde pública.

Marcada pela tradição cristã, herança da colonização espanhola e portuguesa, a maior parte dos países latino-americanos ainda vê os **direitos reprodutivos das mulheres como um tabu**. No continente, apenas Cuba, Guiana, Guiana Francesa e Uruguai legalizaram o aborto.

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) realizou cem vezes mais procedimentos pós-aborto do que abortos legalizados. Em 2014, quase 200 mil mulheres passaram por um procedimento como curetagem ou aspiração (eles podem ser necessários em casos de aborto espontâneo, ilegal ou de complicações pós-parto). Nesse mesmo ano, apenas 1,6 mil realizaram aborto legal, segundo dados preliminares do Ministério da Saúde. Segundo especialistas, se todos esses abortos inseguros fossem feitos de **maneira segura**, poderiam ser evitadas cerca de 47 mil mortes por ano.

Exigimos a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a descriminalização do aborto e o acesso a serviços públicos de saúde para sua realização de forma segura.

Reivindicações das Mulheres do Campo

- Promoção da saúde das camponesas por meio de campanhas educativas e de informação;
- Criação de políticas públicas e campanhas de formação sobre os direitos das mulheres camponesas.
- Garantia de atendimento específico às camponesas por meio de unidades itinerantes de saúde.
- Lei da Agricultura Familiar e Camponesa. Após mais de 5 anos de Luta, a Lei da Agricultura Familiar e Camponesa foi aprovada na Assembleia Legislativa de Goiás. No entanto, o valor mínimo estabelecido para o Fundo, foi vetado pelo Governador Marconi Perillo. Consideramos esse veto absurdo e um descompromisso com a Agricultura Familiar e Camponesa do Estado de Goiás, que produz grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos goianos. Exigimos que o valor mínimo do Fundo da Lei da Agricultura Familiar e

Camponesa seja restabelecido e a Lei seja sancionada pelo Governo do Estado de Goiás, de imediato.

- Alteração da Composição do CEDRUS - que o governo faça um decreto para redefinição do CEDRUS inserindo as organizações e Movimentos do Campo Unitário de Goiás.
- Compra institucional de alimentos da agricultura familiar e camponesa. Que o Governo do Estado de Goiás regulamente, de imediato, a compra institucional de alimentos da agricultura familiar e camponesa, pois assim, as mulheres podem comercializar os alimentos produzidos, melhorando sua renda e a qualidade de vida no campo.
- Habitação de interesse social no campo. Construção e reforma de 10 mil unidades habitacionais no campo, com recursos do governo estadual.
- Regularização fundiária (Programa Gleba legal). A regularização fundiária (Gleba Legal) é necessária, porém, sem os devidos cuidados políticos, sociais e econômicos não passará de mais uma ação institucional para legitimar as elites agrárias, ou seja, a grande propriedade. Dessa forma: o programa estadual de regularização fundiária precisa criar mecanismos favoráveis aos agricultores e agricultoras familiares serem capazes de regularizar a sua terra. Do contrário, existe uma possibilidade bem concreta de não conseguirem pagar a terra nos moldes hoje oferecidos. Por isso, propomos que o pagamento dos agricultores familiares e camponeses seja feito em um valor simbólico, no máximo, de 500 reais por família, dentro de um prazo mínimo de 2 anos para pagar. E que o programa de regularização fundiária de Goiás destine as terras acima de mil hectares para reforma agrária.
- Desburocratização e isenção de impostos para a agricultura familiar e camponesa. Regulamentação da Lei de Isenção de Impostos dos Produtos da Agricultura Familiar e Camponesa.
- Compra de sementes da agricultura camponesa. Com o apoio da EMBRAPA, mais de mil famílias do estado de Goiás têm conseguido resgatar, produzir e melhorar diversas variedades de sementes agroecológicas. Exigimos que o governo estadual crie um programa para aquisição e distribuição de sementes produzidas por estas famílias, a exemplo do Governo Federal, com o PA de Sementes.
- Por uma aposentadoria digna para todas as trabalhadoras e trabalhadores no campo e na cidade. Somos contra o desmonte da Previdência Social que governo de Michel Temer tenta aprovar no Congresso Nacional por meio da PEC 241. O governo condena à miséria milhões de famílias trabalhadoras que não vão conseguir mais ter acesso à aposentadoria.

- No campo, onde o acesso ao direito previdenciário já é difícil, a regra proposta de contribuição individual, além do aumento da idade mínima, torna esse acesso inviável.
- O grande rombo nas contas públicas federais é o pagamento dos juros e as amortizações da dívida pública, do qual apenas algumas poucas famílias e grandes bancos são beneficiários.

**QUEM NÃO SE MOVIMENTA,
NÃO SENTE AS CORRENTES QUE AS PRENDEM.
(ROSA LUXEMBURGO)**

Assinam o presente documento:

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro de Valorização da Mulher (CEVAM)

Centro Popular da Mulher/UBM-GO

Coletivo Nacional de Entidades Negras

Comissão Pastoral da Terra (CPT-GO)

Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino (CGDHDTB)

Federação dos Trabalhadores/as em Agricultura Familiar (FETRAF)

Fórum de Transexuais

Fórum Goiano de Mulheres

Grupo de Mulheres Negras Samba Criola

Instituto Afro Origem

Movimento Agô

Movimento Camponês Popular (MCP)

Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás
(AMDASGO)

Movimento de Mulheres Olga Benário

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Mulheres da Economia Solidária

Mulheres Negras Dandara no Cerrado

SINDASEG

SINDSAUDE

SINPRO GO

SINT-IFESgo

SINTSEP-GO

União Brasileira de Mulheres (UBM)

Terra Livre

Fórum Goiano Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista

CENTRAIS - CTB, CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CSB, CSP-Conlutas,
Intersindical - CCT, CMP.

ENTIDADES/MOVIMENTOS SINDICAIS: SINT-IFESgo, SINTSEP-GO,
SINTEF-GO, SINJUFEGO, ADUFG - Sindicato, SINDIPÚBLICO, SINTFESP -
GO/TO, SINTEGO, SINDSAÚDE, SINDMETAL,

SINDGESTOR, SINDCOLETIVO, SEEB-GO, SEESVIG, SINDSEMP, SINPAF,
SINASEMPU-GO, SINPRO-GO, SOEGO, SINTEC, STIUEG, SINDQFP,
SINDTEGO, SINDVIGILANTE, Andes - SN (Planalto), Unidade Classista, MLC.

ENTIDADES ESTUDANTIS - UNE, UEE, DCE-UFG.

MOVIMENTOS DE JUVENTUDE - UJS, Levante Popular da Juventude,
Coletivo Quilombo, UJR, UJC, JCA.

MOVIMENTO DE LUTAS AFIRMATIVAS: CPM/UBM, UNEGRO, UNA-LGBT,
CEEC, CGDH Dom Tomás Balduino.

FRENTES: Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo.

FEDERAÇÕES: FETAEG, FETRAF-GO, FITRAEBC.

MOVIMENTOS POPULARES: MST, MTST, Terra Livre, MCP, MLB, MLCP.

MOVIMENTOS RELIGIOSOS: CDJP do Brasil.

Associação dos Professores(as) da PUC Goiás (APUC)

Associação Mulheres na Comunicação

Associação Travestis e Transexuais (ASTRAL)

Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC

Rede de Mulheres em Comunicação

Articulação de Mulheres Brasileiras